



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

### **33ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional - CTN**

**Data:** 09 de junho de 2026

**Local:** sala 824, 8º andar - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

**Presidência:** Eduardo Taveira – Presidente da Abema Nacional

### **MEMBROS DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL**

#### **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA**

- Anna Flávia de Senna Franco – Secretária-Executiva;
- Guilherme Checco – Secretário-Executivo Adjunto.

#### **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama**

- Heliz Costa.

#### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio**

- Marcelo Marcelino – Diretor da DIBIO.

#### **Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema**

- Eduardo Costa Taveira – Presidente da Abema e Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA/AM);
- Andrea Vulcanis – Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD/GO);
- Marcelo Camardelli – Secretário Adjunto do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA/RS);
- Mauren Lazzaretti – Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT);
- Pedro Carvalho Chagas – Secretário de Estado do Meio Ambiente do Maranhão (SEMA/MA);
- Thomaz Miazaki Toledo – Presidente da CETESB/SP.

#### **Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma**

- Marçal Fortes Cavalcanti – Presidente da Anamma e Secretário Municipal de Meio Ambiente de Pilar/AL;
- Luis Marcelo Marcondes Pinto – Reitor da Universidade Anamma;
- Pedro Henrique Lobo – Coordenador Financeiro da Anamma;
- Welison Silveira – Secretário Municipal de Meio Ambiente de João Pessoa/PB.

### **CONVIDADOS**

#### **Dirigentes do MMA**

- Adalberto Maluf – Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SQA/MMA);
- Rita Mesquita – Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio/MMA);
- Daniel Peter Beniamino – Diretor do DSAR/SNPCT/MMA;
- Marcos Sorrentino – Diretor do Departamento de Educação Ambiental (DEA/SECEX/MMA);



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

- Moara Menta Giasson – Diretora do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA/SECEX/MMA);
- Ricardo Barroso – Procurador da Consultoria Jurídica (Conjur/MMA);
- Isis Akemi Morimoto – Coordenadora-Geral do DEA/MMA;
- Roberta Holmes – Analista Ambiental do DAP/SBio/MMA.

#### **Vinculadas ao MMA**

- Claudia Barros – Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC/IBAMA)
- Giselle Fraga – IBAMA;
- Lilian Martins – IBAMA;
- Cristina Galvão Alves – Diretora do Serviço Florestal Brasileiro (SFB);
- Ítalo Monteiro – Coordenador do SFB.

#### **Representantes estaduais e municipais**

- Adirleide Santos – Anamma;
- Dionê Castro – SEAS/RJ;
- Douglas Lessa – SEMARH/AL;
- Erlietti Varanda – SEMARH/TO;
- Francisco Araújo – SEMARH/PI;
- Gabriel Coutinho – Anamma/MG;
- Gilson Lourenço Júnior – Anamma/MG;
- Ingrid Feitosa – SEMAC/SE;
- Jacques Ribemboim – SEMAS/PE;
- Magna Helena Almeida – Abema;
- Marcelo Manara – Anamma;
- Maria Heloisa Dias – Conselheira do Conama;
- Mariela Secchi – SEMAS/RS;
- Pedro Mendes Neto – SEMADESC/MS;
- Raissa Cabral – SEMARH/AL;
- Roberto Stachi – CETESB/SP;
- Rodrigo Sávio – Naturatins;
- Vitória Alzini – SEMARH/PI;
- Ygo Costa – SEMARH/AL.

#### **Equipe DSisnama**

- Marcela Moraes – Diretora;
- Maria Mônica Guedes de Moraes – Coordenadora-Geral;
- Marco Aurélio Belmont – Analista Ambiental;
- Pablo Villanueva – Analista Ambiental;
- Henrique Gebrim – Agente Administrativo;
- Bruna Santiago – Estagiária.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

## ABERTURA

**Guilherme Checco (SECEX/MMA)** – O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima cumprimentou os participantes, fez referência às comemorações da Semana Nacional do Meio Ambiente e destacou a importância da iniciativa, apresentada pelo Diretor do Departamento de Educação Ambiental, relativa à assinatura dos Protocolos de Intenções em Educação Ambiental com os estados. Na sequência, transmitiu a presidência da reunião ao Presidente nacional da Abema, Eduardo Taveira.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Cumprimentou os presentes, celebrou a assinatura dos protocolos e deu início aos debates da pauta programada, convidando a Diretora do DSisnama/Secex/MMA a apresentar o Plano Decenal de Fortalecimento do Sisnama.

**Marcela Moraes (DSisnama/SECEX/MMA)** – Deu prosseguimento aos trabalhos com a apreciação da ata da 32ª reunião da CTN, aprovada pelos membros sem ressalvas. Em seguida, registrou a presença do Diretor do Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA) e lhe concedeu a palavra para apresentar informações sobre os Protocolos de Intenções em Educação Ambiental a serem firmados entre o MMA e os estados.

**Marcos Sorrentino (DEA/MMA)** – Informou sobre o Junho Verde e apresentou os Protocolos de Intenções em Educação Ambiental, firmados entre o MMA e as secretarias estaduais de meio ambiente, com o objetivo de fortalecer a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e ampliar sua capilaridade em todo o território nacional. Destacou que a iniciativa, construída a partir de demanda da sociedade civil, busca integrar ações federais, estaduais e municipais e informou que nove estados assinariam os protocolos ao final da reunião da CTN, enquanto outros três o fariam na plenária do Conama, no dia seguinte.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Celebrou a iniciativa e sugeriu a celebração de instrumento semelhante com a Abema, de modo que a associação pudesse assumir o compromisso de contribuir para a efetividade da iniciativa.

### 1. Plano Decenal de Fortalecimento do SISNAMA, apresentação dos resultados de consulta pública, das propostas de incorporação ao Plano e discussão sobre sua aprovação.

**Marcela Moraes (DSisnama/MMA)** – Informou que o Plano Decenal de Fortalecimento do Sisnama retornava à apreciação da CTN após a realização da consulta pública, que recebeu mais de 400 contribuições. Explicou a metodologia utilizada pelo DSisnama e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para análise das propostas, classificadas de acordo com sua pertinência e potencial de aprimoramento do texto.

Esclareceu que as contribuições consideradas aderentes ao escopo do Plano e que apresentaram maior incidência foram incorporadas ao documento, enquanto aquelas relacionadas a aspectos mais operacionais, metodológicos ou de detalhamento das ações serão utilizadas como subsídio para o desdobramento futuro do Plano, trabalho que continuará a ser desenvolvido em parceria com o IPEA. Informou, ainda, que parte das manifestações recebidas consistiu em concordância com o conteúdo originalmente proposto.

Destacou a incorporação da perspectiva da justiça socioambiental à visão de futuro do Plano, em razão da relevância atribuída ao tema pelas contribuições recebidas, bem como o



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

fortalecimento da abordagem integrada da gestão ambiental nos territórios, baseada na atuação coordenada entre União, estados e municípios.

Destacou, ainda, a contribuição apresentada pelo Fórum Nacional de Dirigentes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que resultou na incorporação de diretrizes voltadas à maior integração das unidades de conservação ao Sisnama. Ao final, franqueou a palavra aos representantes dos estados, dos municípios e aos dirigentes nacionais para manifestações sobre a nova versão do Plano.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Parabenizou os envolvidos pelo trabalho realizado, destacou o caráter coletivo da construção da proposta, manifestou concordância com o conteúdo apresentado e ressaltou o aperfeiçoamento promovido ao longo do processo.

**Marçal Cavalcante (Anamma)** – Enfatizou o caráter participativo da elaboração do Plano, reconheceu a contribuição dos diversos atores envolvidos e manifestou o apoio da Anamma ao texto, destacando seu potencial para fortalecer o Sisnama a partir de sua implementação.

**Edite Caires (Anamma/BA – participação remota)** – Cumprimentou os presentes e ressaltou a importância da educação ambiental para a construção de uma gestão ambiental democrática, parabenizando os envolvidos pela iniciativa.

**Marcela Moraes (DSisnama/MMA)** – Agradeceu a manifestação da representante da Anamma/BA e destacou que a maior parte das contribuições recebidas na consulta pública foi apresentada por secretarias municipais de meio ambiente, especialmente de pequenos municípios, reforçando a importância de direcionar esforços para os entes com maiores dificuldades de acesso a recursos e capacidades institucionais, em consonância com a visão construída para o Plano Decenal de Fortalecimento do Sisnama.

Informou que a implementação do Plano terá início com sua publicação por meio de portaria ministerial e a criação de um comitê gestor no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, destinado a apoiar a coordenação, o acompanhamento e a implementação das ações previstas.

Destacou que a implementação ocorrerá de forma progressiva, priorizando quatro eixos estratégicos: (i) o fortalecimento da governança tripartite, com especial atenção às Comissões Tripartites Estaduais; (ii) a elaboração do Referencial Nacional de Capacidades Institucionais e a estruturação do Programa Nacional de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão Ambiental Municipal; (iii) a formulação da Estratégia Nacional de Financiamento do Sisnama; e (iv) a elaboração do Relatório Bienal do Sisnama.

Informou, ainda, sobre a criação de sistema eletrônico de acompanhamento das Comissões Tripartites Estaduais e destacou a intenção de estruturar, ainda na atual gestão, o Programa Nacional de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão Ambiental Municipal, de forma a possibilitar sua incorporação aos instrumentos de planejamento governamental futuros. Por fim, ressaltou que a implementação do Plano buscará estimular a elaboração de planos estaduais de fortalecimento do Sisnama, adaptados às prioridades e às realidades de cada ente federativo.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Anunciou o segundo ponto de pauta, referente ao debate sobre a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental e às ações de controle de constitucionalidade em



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), informando que a Abema apresentaria o posicionamento dos estados sobre o tema.

## **2. Lei Geral do Licenciamento Ambiental – Apresentação de pontos relacionados às ações de controle de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) e aos aspectos passíveis de regulamentação, com vistas à identificação de convergências entre os entes federativos e à avaliação da oportunidade de realização de reunião específica para encaminhamento do tema (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema)**

**Eduardo Taveira (Abema)** – Introduziu o tema contextualizando os desafios relacionados à implementação da Lei nº 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental – LGLA), especialmente diante da complexidade de alguns dispositivos, da existência de ações de controle de constitucionalidade em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) e dos potenciais impactos desse cenário sobre a segurança jurídica dos entes responsáveis pelo licenciamento ambiental. Informou que a Abema realizou, nos dias 12 e 13 de maio, reunião técnica com ampla participação dos estados, com o objetivo de consolidar entendimentos e identificar pontos de consenso relacionados à aplicação da nova legislação.

**Andrea Vulcanis (SEMAD/GO – Abema)** – Apresentou os resultados desse processo de discussão, destacando a preocupação dos órgãos estaduais em garantir a implementação responsável da LGLA, considerando que os estados concentram a maior parte dos processos de licenciamento ambiental realizados no país, abrangendo desde atividades de baixo impacto até empreendimentos de grande porte.

Informou que a Abema estruturou suas discussões em duas frentes de trabalho: a análise dos temas objeto das ações judiciais em tramitação no STF e a discussão dos aspectos passíveis de regulamentação, buscando construir entendimentos comuns no âmbito do Sisnama. Explicou que os pontos controvertidos foram agrupados em temas técnicos, para os quais foram construídas diretrizes interpretativas, identificadas questões relacionadas à constitucionalidade e propostas salvaguardas para orientar a aplicação da lei.

Destacou, ainda, os compromissos assumidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente, entre eles: implementar a lei de forma responsável, observando os limites constitucionais; regulamentar instrumentos específicos por meio de atos normativos próprios, acompanhados das salvaguardas técnicas necessárias; assegurar a observância dos planos de manejo das unidades de conservação; compartilhar boas práticas; elaborar listas positivas e negativas de atividades; estruturar protocolos de consulta livre, prévia e informada; e fortalecer a articulação entre os entes federativos.

Defendeu a construção de um acordo interfederativo e a constituição de grupo de trabalho técnico-jurídico, com participação da União, dos estados e dos municípios, para aprofundar a discussão e construir entendimentos comuns sobre a implementação da LGLA, enquanto perdurar a análise das ações pelo STF.

**Marcela Moraes (DSisnama/MMA)** – Destacou a importância da participação dos órgãos federais com atribuições relacionadas ao tema e ressaltou que o debate deve contemplar não apenas os pontos de convergência, mas também os aspectos de divergência, buscando construir consensos possíveis que assegurem a proteção ambiental e a adequada implementação da



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

legislação pelos entes federativos. Informou, ainda, que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima vem analisando os impactos da nova legislação, tanto sob a perspectiva da regulamentação quanto da necessidade de revisão de atos normativos e de resoluções do Conama relacionadas ao tema.

**Moara Menta Giasson (DAIA/SECEX/MMA)** – Reconheceu a relevância do trabalho desenvolvido pela Abema e destacou a disposição do governo federal em regulamentar as matérias de sua competência, ressaltando, contudo, a necessidade de harmonização dos temas sujeitos à competência comum. Destacou, ainda, a importância de equilibrar celeridade, segurança jurídica e proteção ambiental, respeitando as diferentes realidades dos entes federativos.

**Ricardo Barroso (Conjur/MMA)** – Assinalou a existência de diferentes interpretações sobre o alcance das inovações introduzidas pela LGLA e manifestou apoio à proposta de construção de salvaguardas para orientar sua aplicação. Informou que a Conjur atua a partir do texto legal vigente e reconheceu a necessidade de regulamentação em âmbito federal. Destacou, ainda, que, em princípio, não há incompatibilidade entre as resoluções do Conama e a nova legislação, embora alguns normativos específicos demandem análise mais aprofundada.

Esclareceu, também, que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conama possui competência restrita à análise da legalidade e da adequação regimental das propostas normativas em tramitação no Conselho, podendo, excepcionalmente, ser instituídos grupos de trabalho para temas específicos. Ressaltou que o papel do Conama permanece reconhecido e delimitado pela jurisprudência do STF e que a ausência de referência expressa ao Conselho na LGLA não afasta suas competências legais.

**Claudia Barros (DILIC/IBAMA)** – Reafirmou o compromisso do IBAMA em acompanhar a implementação da nova legislação e informou que o Instituto vem revisando seus instrumentos normativos. Destacou, em especial, a necessidade de definição de regras de transição para a aplicação da nova legislação e de critérios de enquadramento dos empreendimentos, bem como a delimitação das matérias de competência federal e daquelas próprias dos estados e municípios.

**Geraldo Vitor de Abreu (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Contagem/MG – participação remota)** – Destacou as especificidades da realidade municipal e a importância do papel da CTN no processo de implementação da LGLA, sugerindo a participação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conama nas discussões.

**Pedro Chagas (SEMA/MA)** – Manifestou preocupação com a judicialização excessiva e a insegurança jurídica decorrente desse cenário, defendendo a construção célere de entendimentos que preservem as competências dos estados e fortaleçam a comunicação institucional sobre o tema.

**Maureen Lazaretti (SEMA/MT)** – Defendeu o protagonismo dos órgãos ambientais na condução do debate, evitando que a gestão ambiental fique subordinada às decisões judiciais, e ressaltou a importância da construção coletiva e do compartilhamento de informações.

**Thomaz Miazaki Toledo (CETESB/SP)** – Relatou experiências anteriores relacionadas à revisão de normativos sobre licenciamento ambiental e sua relação com a construção da atual LGLA.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

**Marçal Cavalcanti (Anamma)** – Destacou as dificuldades de alinhamento entre alguns estados e municípios sobre a implementação da LGLA e mencionou posicionamentos já apresentados pela Anamma e pela Abema acerca do papel do Conama e da necessidade de revisão de seus critérios de paridade.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Propôs a realização de agenda técnica específica, com duração estimada de um ou dois dias, reunindo representantes da União, dos estados e dos municípios, para aprofundar o debate, consolidar entendimentos, construir instrumentos de transição e salvaguardas e elaborar documentos orientadores para a implementação da LGLA. Ressaltou que, em um primeiro momento, o debate deve ocorrer em âmbito técnico-jurídico interfederativo, permitindo posterior encaminhamento ao Conama das matérias que se enquadrem em suas competências.

**Anna Flávia de Senna Franco (Secretária-Executiva do MMA)** – Ressaltou a elevada qualidade técnica e a maturidade dos debates realizados no âmbito da CTN, destacando a importância do fortalecimento do diálogo interfederativo e manifestando apoio à continuidade das discussões.

**Encaminhamento:** Houve consenso quanto à conveniência de realizar, no âmbito da CTN, agenda técnica específica, com participação da União, dos estados e dos municípios, para aprofundar a discussão sobre a implementação da Lei nº 15.190/2025, identificar pontos de convergência, discutir instrumentos de transição e salvaguardas e elaborar documentos orientadores que subsidiem a atuação coordenada dos entes federativos, sem prejuízo do posterior encaminhamento ao Conama das matérias inseridas em suas competências.

### **3. Concessões Florestais, apresentação do painel sobre dados e valores dos repasses das concessões florestais para os estados e municípios (Serviço Florestal Brasileiro - SFB)**

**Cristina Galvão Alves (Diretora do Serviço Florestal Brasileiro/SFB)** - Apresentou o instrumento das concessões florestais e destacou sua importância como mecanismo de política pública voltado ao aproveitamento econômico sustentável de florestas públicas, associado à prestação de serviços ambientais e à promoção do desenvolvimento local.

Explicou os critérios de formação dos preços, os valores arrecadados e a composição das receitas geradas pelas concessões florestais, bem como a destinação dos recursos aos entes beneficiários e os critérios legais utilizados para sua distribuição. Apresentou os valores repassados aos estados e municípios, destacou os principais entes beneficiados e expôs as medidas adotadas pelo Serviço Florestal Brasileiro para o aprimoramento da gestão das concessões florestais.

Ressaltou os desafios enfrentados para a implementação dos planos de manejo e das concessões florestais, especialmente nos municípios com menor capacidade institucional e estrutura administrativa reduzida voltada à gestão ambiental. Destacou, ainda, as dificuldades relacionadas ao funcionamento e à consolidação dos conselhos municipais e demais instâncias locais de governança, fundamentais para o acompanhamento e a implementação das políticas públicas ambientais.

Informou que os municípios beneficiários podem indicar a conta bancária destinada ao recebimento dos recursos, evitando que esses valores sejam confundidos com as demais receitas municipais e fortalecendo sua destinação às políticas ambientais locais.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Também ressaltou a importância dos processos de consulta pública e da construção de soluções aderentes às realidades territoriais locais, observando as estruturas organizativas existentes e promovendo a participação dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar. Destacou que o planejamento das áreas destinadas às concessões florestais tem sido constantemente revisado a partir do diálogo com os territórios, assegurando a proteção de direitos e a destinação adequada das áreas, ainda que isso implique a revisão das metas inicialmente previstas.

Por fim, enfatizou que a efetividade das concessões florestais depende do fortalecimento da governança ambiental local e da articulação permanente entre União, estados, municípios e comunidades diretamente envolvidas.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Agradeceu a apresentação, parabenizou o Serviço Florestal Brasileiro pelo trabalho desenvolvido e informou que a reunião passaria, na sequência, aos informes previstos na pauta.

#### **A) Informe sobre a ampliação dos valores da compensação ambiental para os estados e municípios (Departamento de Áreas Protegidas - DAP/SBio/MMA)**

**Roberta Holmes (DAP/SBio/MMA)** – Informou sobre a ampliação significativa dos recursos da compensação ambiental destinados às unidades de conservação estaduais e municipais, em decorrência das deliberações da Câmara Federal de Compensação Ambiental (CCAF). Destacou que, apenas nas duas últimas reuniões da Câmara, foram destinados R\$ 238,2 milhões para unidades de conservação localizadas em 19 unidades da Federação e 15 municípios.

Apresentou dados gerais sobre a distribuição dos recursos e seus beneficiários, ressaltando a importância do engajamento dos estados e municípios na identificação e indicação das unidades de conservação aptas a receber os recursos, de modo a ampliar o alcance desse instrumento de financiamento da política ambiental.

**Claudia Barros (IBAMA)** – Apresentou, de forma sucinta, o fluxo de arrecadação dos recursos da compensação ambiental no âmbito do IBAMA, destacando a relevância desse instrumento, especialmente por sua vinculação aos processos de licenciamento ambiental e pelo seu papel no fortalecimento e na consolidação das unidades de conservação da natureza.

#### **B) Informe sobre o painel de emissões de metano por satélites (Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental - SQA/MMA).**

**Adalberto Maluf (Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental – SQA/MMA)** – Apresentou a iniciativa de monitoramento das emissões de metano por meio de imagens de satélite, destacando a relevância do tema, especialmente em relação aos aterros sanitários e lixões, e a necessidade de desenvolver estratégias para reduzir essas emissões.

Apresentou o Programa Nacional de Encerramento Humanizado de Lixões e as políticas públicas voltadas aos catadores e às cooperativas de reciclagem, bem como as ações desenvolvidas pela SQA/MMA para enfrentar os desafios identificados na gestão de resíduos sólidos. Também apresentou instrumentos atualmente em implementação, como o SISREV-BR, o Inventário



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Nacional de Resíduos e a Portaria de Retirada de Rejeitos, ressaltando a necessidade de fortalecer mecanismos de monitoramento, gestão e mitigação das emissões de metano.

Por fim, colocou a Secretaria à disposição para aprofundar o diálogo e fortalecer a cooperação com os entes federativos no âmbito do Sisnama, solicitando o apoio da CTN à agenda de enfrentamento das emissões de metano associadas à gestão de resíduos sólidos.

**Marcelo Manara (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos/SP)** – Destacou a complexidade da gestão de resíduos sólidos nos municípios e os desafios relacionados ao enfrentamento das emissões de metano, mencionando, ainda, as dificuldades de articulação com empresas e demais parceiros envolvidos no tema. Apresentou a experiência do município de São José dos Campos no âmbito do Programa Carbono Neutro e as iniciativas adotadas pela gestão municipal para sua implementação.

**Pedro Chagas (SEMA/MA)** – Comentou a situação dos lixões no Estado do Maranhão e destacou os esforços dos gestores públicos locais para encontrar soluções diante das dificuldades de cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos para seu encerramento.

**Anna Flávia de Senna Franco (Secretária-Executiva do MMA)** – Reforçou a complexidade e a relevância do tema dos resíduos sólidos, em especial da questão dos lixões, e destacou a necessidade de aprofundar a compreensão do problema e de suas múltiplas implicações para a gestão ambiental.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Ressaltou que, na Amazônia, os lixões constituem um dos principais problemas socioambientais da atualidade.

**Marcela Moraes (DSisnama/SECEX/MMA) e Eduardo Taveira (Abema)** – Informaram a definição das datas da oficina técnica sobre a implementação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental e seus desdobramentos jurídicos, a ser realizada nos dias 7 e 8 de julho de 2026.

**Eduardo Taveira (Abema)** – Agradeceu a presença e a participação dos membros e convidados, transmitiu a presidência da próxima reunião ao Presidente Nacional da Anamma, **Marçal Fortes Cavalcante**, e, não havendo outros assuntos a tratar, declarou encerrada a **33ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional (CTN)**.

## ENCAMINHAMENTOS

**DSisnama/MMA:** Realizar oficina técnica, no âmbito da Comissão Tripartite Nacional (CTN), para aprofundar a discussão sobre a implementação da Lei nº 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental – LGLA), incluindo as ações de controle de constitucionalidade em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), a identificação de aspectos passíveis de regulamentação, a construção de convergências entre os entes federativos e a discussão de instrumentos de transição e salvaguardas para sua implementação. A oficina contará com a participação dos representantes da CTN e será realizada nos dias **7 e 8 de julho de 2026**.

**DSisnama/MMA:** Promover a articulação, no âmbito da Comissão Tripartite Nacional (CTN), para acompanhamento e apoio às iniciativas apresentadas pela SQA/MMA relacionadas ao **monitoramento das emissões de metano, ao encerramento humanizado dos lixões** e ao fortalecimento da gestão de resíduos sólidos.